

Lula condiciona isenção do IR até R\$ 5 mil à reforma tributária

Medida, de custo anual de R\$ 120 bilhões, esbarra nas prioridades do governo de atender famílias mais pobres

DE BRASÍLIA

Cobrado a cumprir a promessa de campanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que vai isentar a cobrança do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, mas atrelou a medida à aprovação da reforma tributária. Em encontro com representantes de centrais sindicais, Lula pediu que as lideranças pressionem pela aprovação da reforma como saída para aumentar o imposto dos mais ricos.

Hoje, só não paga IR quem ganha até R\$ 1,9 mil. A última vez que houve ampliação da faixa de isenção foi em 2015, no Governo Dilma Rousseff. Na época, o salário mínimo era de R\$ 788, o que significa que os trabalhadores que ganhavam até 2,4 vezes o salário mínimo estavam isentos. Atualmente, aqueles que ganham a partir de 1,5 vez do piso nacional já precisam pagar o tributo.

“É preciso colocar o pobre no Orçamento. Vamos diminuir para o pobre e aumentar para o rico”, afirmou Lula, dizendo que a proposta deverá passar pelo crivo do Congresso. “Vocês têm de saber que nós temos de fazer isso, mudar a política tributária para colocar o pobre no Orçamento da União e o rico, no Imposto de Renda”, disse Lula.

Na sequência, Lula afir-



Lula discursa para sindicalistas: isenção atual de até R\$ 1,9 mil no Imposto de Renda foi tomada há 8 anos

mou que a reforma tributária vai começar a ser discutida neste primeiro semestre. “Para isso, é preciso muita discussão”, disse ele. “É exatamente porque o Lula é o presidente que vocês precisam fazer pressão. Porque, nos outros presidentes, vocês não conseguem fazer pressão”.

Segundo apurou a Reportagem, o impasse é que o

governo quer corrigir a faixa de isenção do Imposto de Renda e aumentar a carga tributária dos mais ricos ao mesmo tempo. Neste caso, precisaria esperar até 2024.

CUSTO DE R\$ 120 BI

O custo de uma correção da faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, promessa de campanha, pode chegar a R\$ 120 bilhões por ano.

A medida, além de ser muito cara, é considerada uma direção contrária à demanda do presidente de deixar a tributação mais progressiva – fazer com que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos. No sistema tributário brasileiro, acontece o contrário.

Apesar da pressão da ala política do Palácio do Planalto pela correção rápida da tabela, a orientação dentro da Casa Civil é para manter o cronograma do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Durante participação no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, Haddad afirmou que o governo quer aprovar uma reforma tributária faticada neste ano, e que as mudanças sobre o Imposto de Renda ficariam para o segundo semestre – e, portanto, só entrariam em vigor em 2024. (Estadão Conteúdo)

TRABALHO POR APP

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou a criação de um grupo de trabalho para regulamentar trabalhadores por aplicativos. Apesar do anúncio, o ministro pediu que os aplicativos “não se assustem”. “A proposta é trazer proteção social a trabalhadores”, declarou Marinho. “Não tem nada demais em se valorizar o trabalho e trazer a proteção social”, disse. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abordou as condições da seguridade social dos motoristas do Uber no Brasil com o CEO da empresa, Dara Khosrowshahi, no Fórum Econômico Mundial, em Davos. O executivo, segundo ele, teria demonstrado sensibilidade ao tema, em especial, quanto à previdência desses trabalhadores.